



HABITAÇÃO

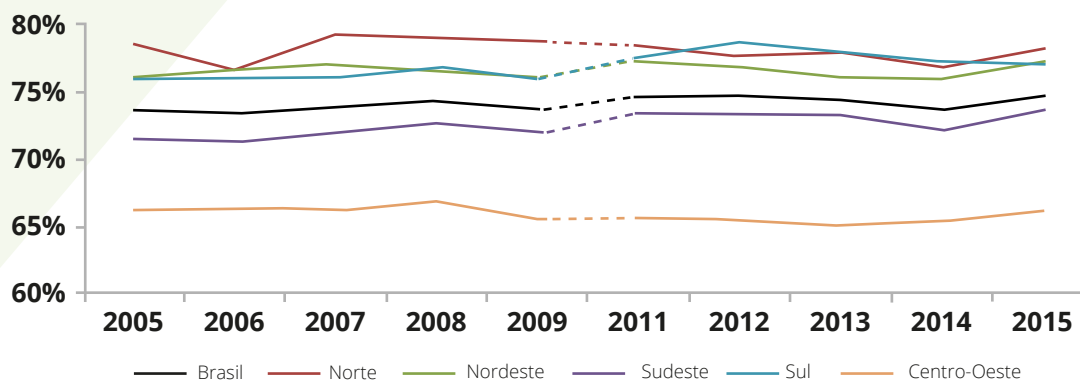
Nesse boletim, serão apresentados indicadores que contemplam aspectos relevantes para a compreensão das condições de habitação. Na perspectiva de instituições internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável e a promoção dos direitos humanos, as condições de habitação estão relacionadas às características das edificações, como materiais construtivos e instalações, às características ambientais, à construção de cidades sustentáveis e à inclusão social.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a habitação adequada deve ser compreendida como um direito humano, base para a estabilidade e segurança do indivíduo e da família e deve estar associada à manutenção da cultura e ao acesso a serviços apropriados. Além disso, a ONU destaca que as habitações oferecem padrões concretos que podem ser implementados e medidos para o progresso, cujos resultados podem ser transformadores e direcionados para a justiça social.

Condições de ocupação

Os quantitativos relativos aos domicílios próprios¹ são um relevante indicador para a compreensão das condições de habitação, as quais devem proporcionar estabilidade e segurança ao indivíduo ou à família, incluindo a segurança contra eventuais despejos. Além disso, o indicador também permite analisar o percentual de famílias cuja renda domiciliar não está diretamente comprometida com o pagamento de aluguéis.

Domicílios próprios - Brasil e Regiões, 2005 a 2015



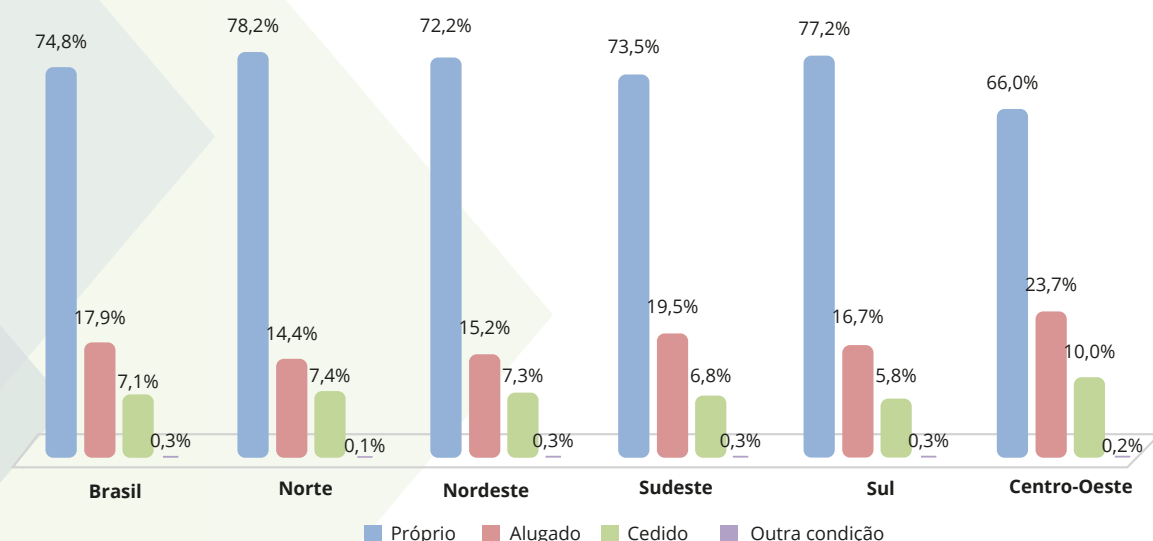
FONTE: IBGE/ Pnad, 2005-2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2018

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2005 a 2015, a condição de domicílio próprio predominou no país, em relação às demais condições de ocupação (alugado, cedido, outras). No período, o Brasil apresentou certa estabilidade entre os anos e obteve um pequeno acréscimo de 1,3 pp.

Entre as Regiões, também se observou pouca variação ao longo dos 10 anos analisados. Nordeste, Sudeste e Sul tiveram aumentos de 1,2, 1,9 e 1,3 pp, respectivamente; enquanto observaram-se reduções de 0,18 pp, no Norte e 0,16 pp, no Centro-Oeste. Cabe destacar os resultados do Centro-Oeste, única Região que manteve percentuais inferiores a 70%; enquanto que o Norte apresentou os maiores percentuais ao longo do período (exceto entre os anos de 2012 a 2014, quando foi ultrapassada pelo Sul).

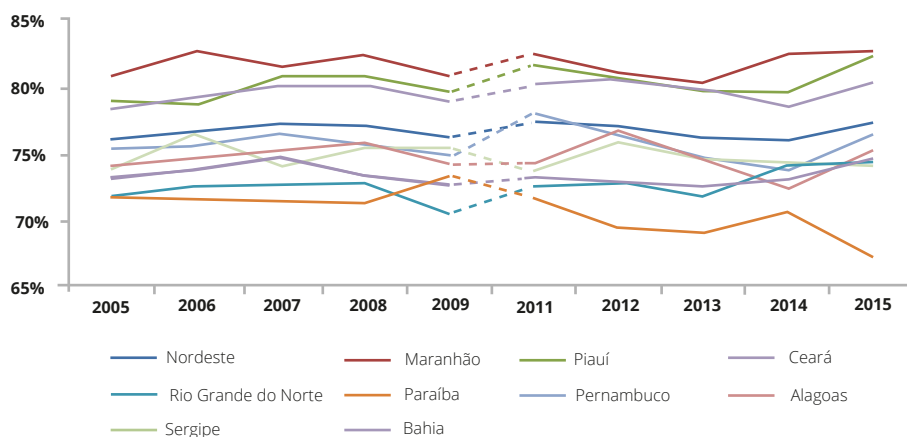
Em 2015, o Brasil e suas Regiões apresentaram distribuição semelhante quanto à condição de ocupação dos domicílios⁽³⁾ com predomínio daqueles considerados próprios. A média brasileira era de 74,8% de domicílios próprios, seguido dos alugados (17,9%), dos cedidos (7,1%) ou dos que apresentavam outra condição de ocupação (0,2%). As Regiões Norte e Nordeste obtiveram pequeno destaque com os maiores percentuais de domicílios próprios, de 78,2% e 72,2%, respectivamente; enquanto o Centro-Oeste apresentou o menor percentual 66,0%.

Domicílios por condição de ocupação - Brasil e Regiões (2015)



Quanto à Região Nordeste, ao longo dos dez anos analisados, a maioria dos estados apresentou percentuais abaixo da média regional, com exceção da Bahia, do Piauí e do Maranhão. Esse último, com maior percentual de domicílios próprios da Região, 80,8%, em 2005, e 82,6%, em 2015. Por outro lado, a Paraíba foi o estado com pior indicador, com 71,7%, em 2005, e 67,2%, em 2015, apresentando redução acentuada especialmente entre 2014 e 2015.

Domicílios próprios - estados do Nordeste (2005 a 2015)



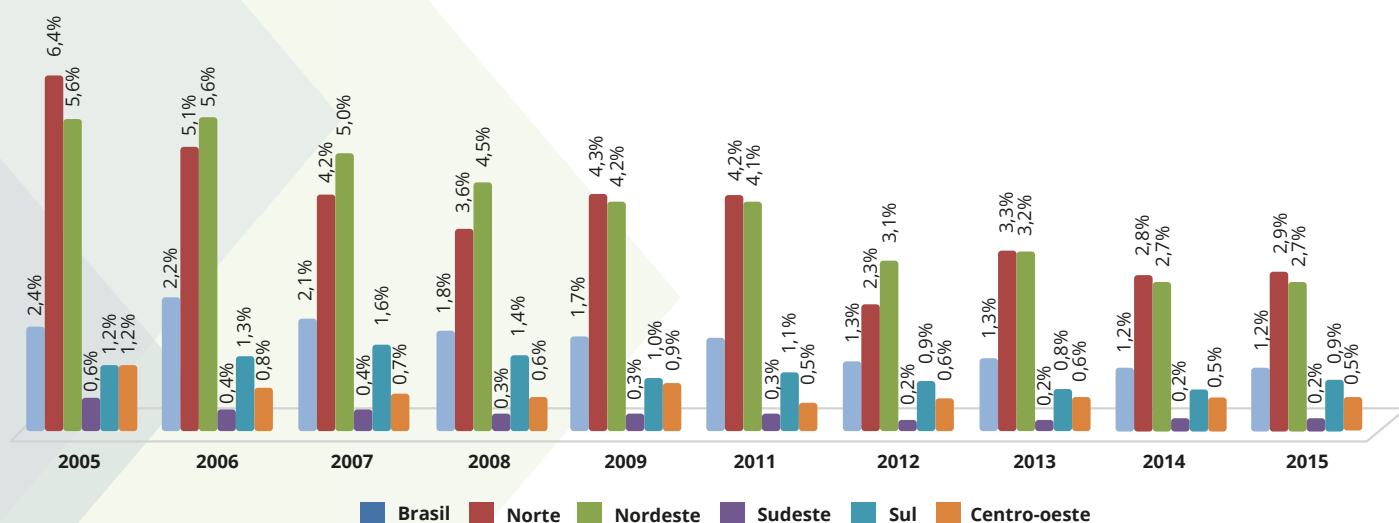
Características físicas e instalações

As características físicas e instalações dos domicílios são relevantes indicadores das condições da habitação. O material construtivo empregado nas paredes externas está associado à durabilidade da edificação. A presença de edifícios em material não durável pode indicar assentamentos precários e construções sem um padrão construtivo mínimo de segurança e salubridade, executados de maneira improvisada, sem controle urbano.

Segundo o IBGE, paredes externas em alvenaria, com ou sem revestimento, em taipa revestida e em madeira apropriada para construção são consideradas duráveis; enquanto paredes externas em taipa não revestida ou em madeira aproveitada indicam que as edificações não são duráveis.

No Brasil, de 2005 a 2015, houve uma redução de 1,24 pp no percentual de domicílios com paredes externas não duráveis, passando de 2,4%, em 2005, para 1,2%, em 2015. Apesar dos reduzidos percentuais, ainda é possível identificar desigualdade inter-regional, uma vez que Norte e Nordeste mantiveram os maiores valores ao longo de todo o período, quando comparados às demais Regiões brasileiras. Em 2015, o Norte apresentava 2,9% e o Nordeste, 2,7%; enquanto que a Região Sudeste já havia reduzido seu percentual para 0,2%. Observe gráfico abaixo:

Domicílios com paredes externas não duráveis - Brasil e Regiões (2005 a 2015)*



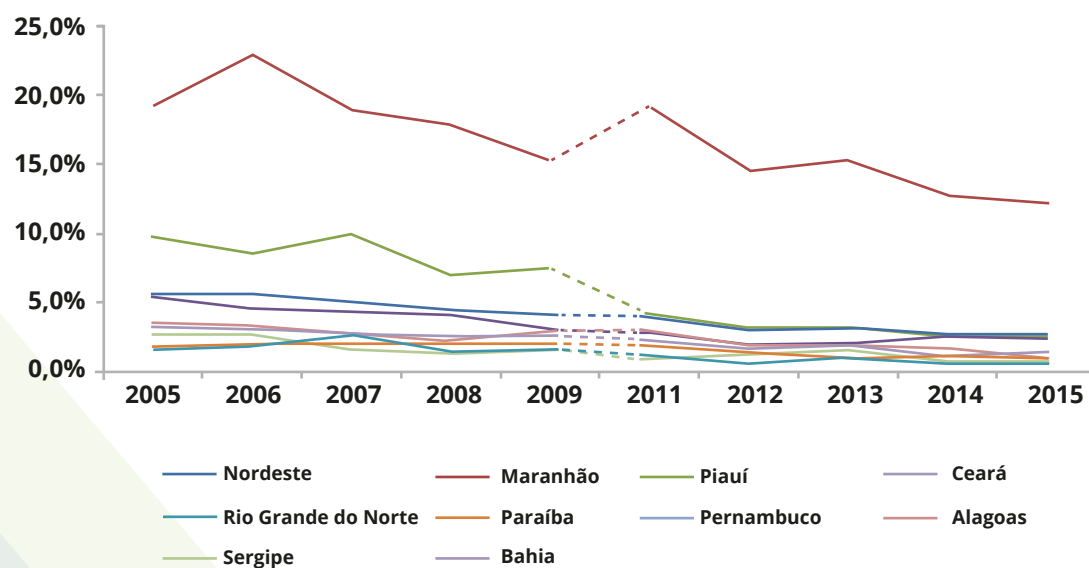
FONTE: IBGE/Pnad, 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2018

*percentual calculado pela Sudene, a partir de dados do IBGE sobre o total de domicílios com paredes externas em material não durável e o total de domicílios particulares permanentes.

Quanto aos estados do Nordeste, houve um decréscimo percentual ao longo dos anos analisados. Em 2015, a Região apresentou o percentual de 2,7%, e os estados de Sergipe e Rio Grande do Norte apresentaram os menores percentuais: 0,9% e 0,6%, respectivamente.

Entretanto, ainda há desafios a serem superados, como o estado do Maranhão, que ao longo de todo o período se manteve acima da média regional e, em 2015, obteve um percentual de 12,3% de domicílios com paredes externas não duráveis. Observe no gráfico da página seguinte.

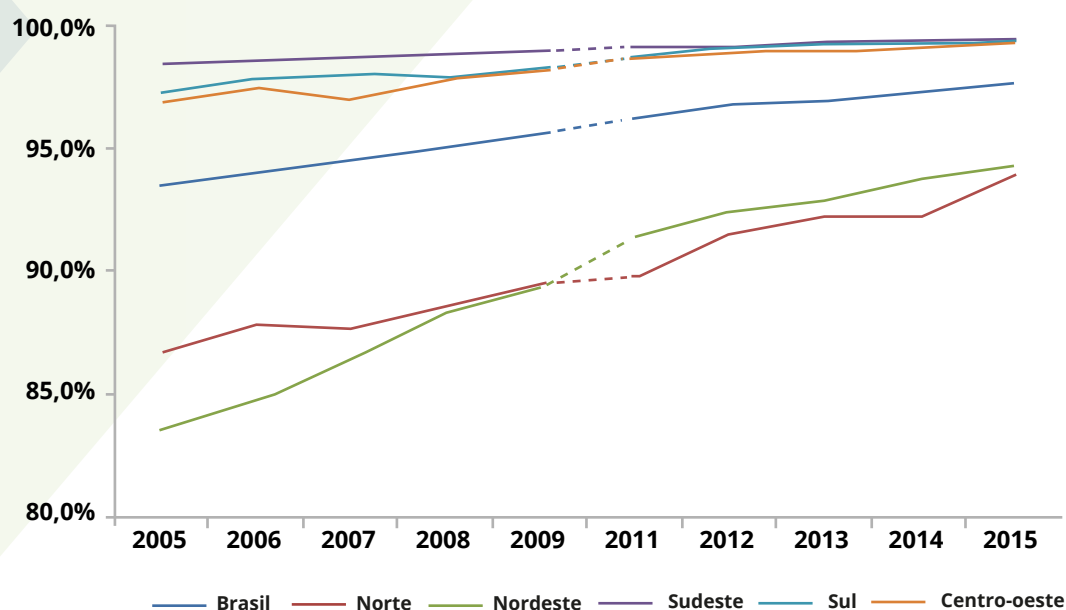
Domicílios com paredes externas não duráveis, estados do Nordeste, de 2005 a 2015*



*percentual calculado pela Sudene, a partir de dados do IBGE sobre o total de domicílios com paredes externas em material não durável e o total de domicílios particulares permanentes

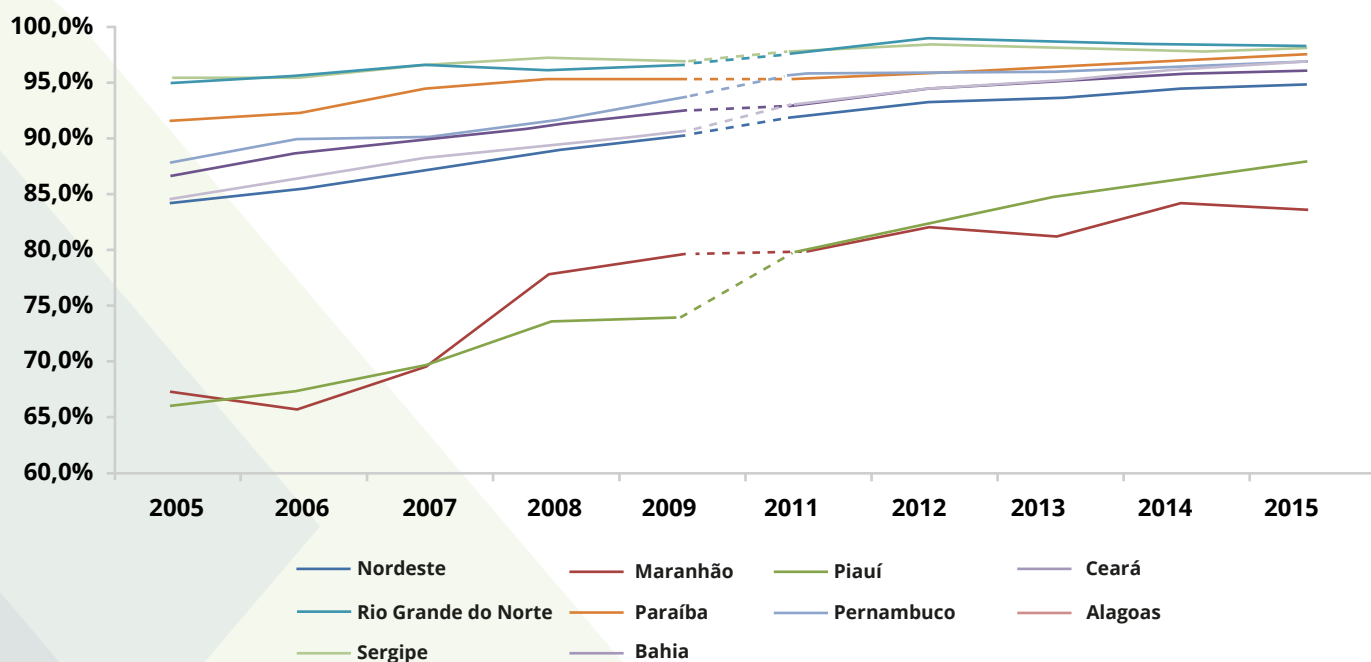
Outro indicador relevante para as condições de habitação é a existência de banheiros ou sanitários de uso exclusivo, ou seja, eles são utilizados apenas pelos moradores de um único domicílio⁽⁴⁾.

Domicílios com banheiros de uso exclusivo, no Brasil e Regiões, de 2005 a 2015



O Brasil, assim como suas Regiões, obteve uma melhora, passando de 93,5% em 2005, para 97,6%, em 2015, sugerindo que o indicador está próximo da universalização. No entanto, as Regiões Norte e Nordeste ainda encontram-se abaixo desse percentual, com valores de 93,9% e 94,3%, respectivamente, principalmente quando comparados aos 99,5% do Sudeste. Apesar dos altos percentuais, os valores indicam que ainda há pessoas sem acesso a algum tipo de instalação sanitária, ou ainda, que os moradores dispõem apenas de instalações compartilhadas com moradores de outros domicílios, caracterizando condições de salubridade inadequadas.

Domicílios com banheiros de uso exclusivo, nos estados do Nordeste, entre 2005 e 2015



FONTE: IBGE/Pnad, 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2018

Os estados nordestinos também apresentaram melhora no indicador, de 2005 a 2015. Maranhão e Piauí tiveram as maiores variações positivas, com 21,7 e 16,4pp, respectivamente. Entretanto, os percentuais de 82,9% (Maranhão) e 87,3% (Piauí), em 2015, levaram esses estados a serem os únicos abaixo da média regional, que foi de 94,3%. Quanto a esses estados, destaca-se que, embora tivessem os maiores percentuais de domicílios próprios no Nordeste, em 2015, obtiveram os piores indicadores quanto às características físicas e instalações, representando um desafio a ser superado na Região.

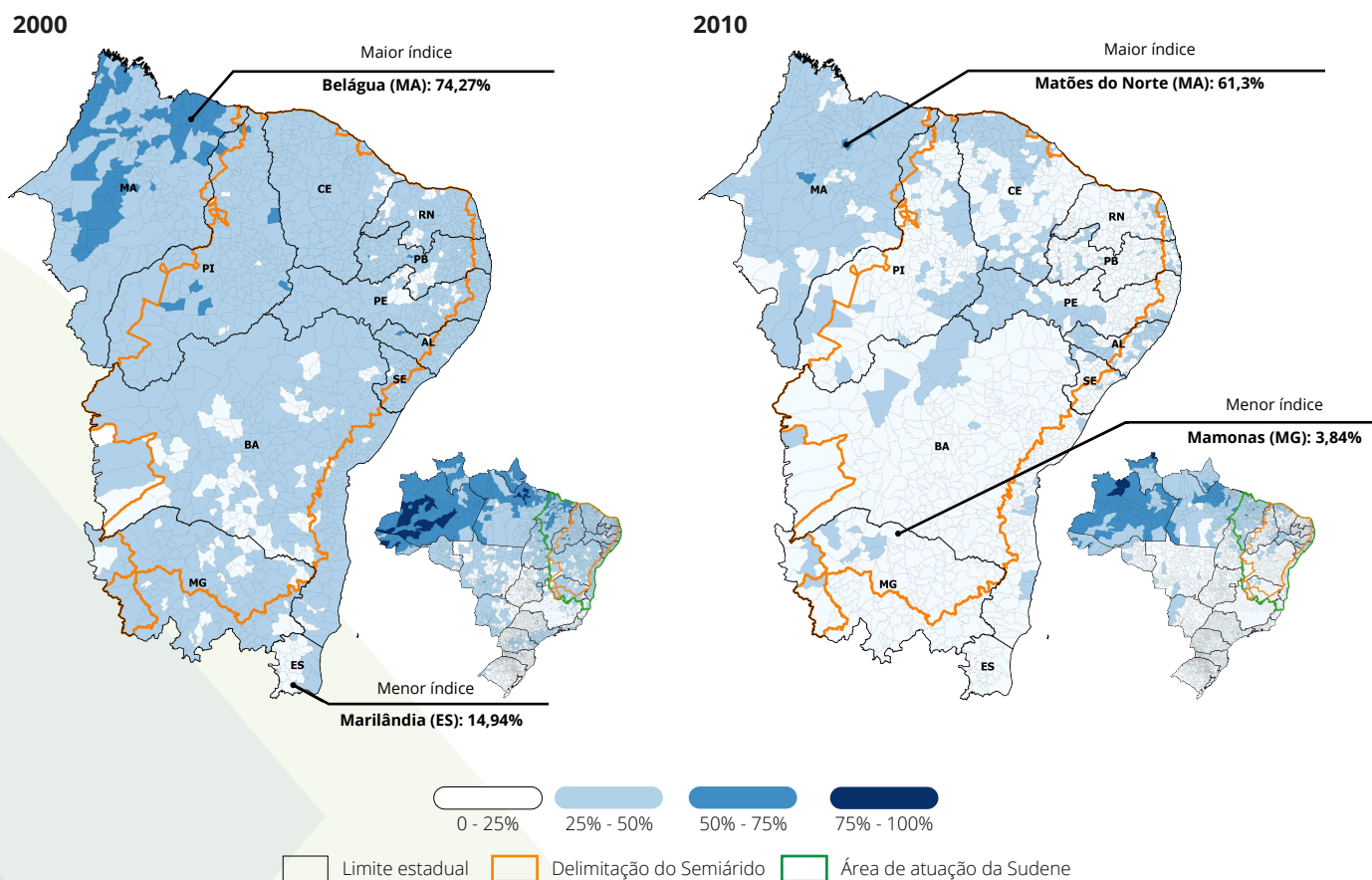
Excessivo adensamento domiciliar por dormitório

A análise particular do adensamento domiciliar por dormitório permite investigar quando ele ocorre de forma excessiva. Segundo critérios do IBGE, isso ocorre quando há mais de duas pessoas por dormitório, e é condição indesejável, pois pode representar risco à saúde e trazer restrições à comodidade e privacidade dos moradores.

Nos mapas do Brasil e da área de atuação da Sudene, para os anos 2000 e 2010, os municípios foram distribuídos em 4 faixas: até 25%, de 25% a 50%, de 50% a 75% e de 75% a 100%, em relação aos anos 2000 e 2010. As faixas indicam o percentual de domicílios com adensamento excessivo, ou seja, com mais de dois moradores por dormitório.

Continua >

Excessivo adensamento domiciliar por dormitório (%)*



Fonte: IBGE, Malha dos limites político-administrativo, 2016 e Censo Demográfico 2000 e 2010.
Elaboração: SUDENE/DPLAN/CGEP/2018

*percentual calculado pela Sudene, a partir de dados do IBGE sobre quantidade de domicílios com mais de 2 a 3 moradores por dormitório e quantidade de domicílios com mais de 3 moradores por dormitório.

A análise permite identificar que, no ano 2000, havia desigualdade entre as Regiões do país: o Norte apresentava a maior concentração de domicílios nas faixas de 50% a 75% e na faixa de 75% a 100%, especialmente nos estados do Amazonas, do Acre e do Pará. Já nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, o predomínio era de municípios na faixa de 25% a 50%; enquanto nas regiões Sul e Sudeste, predominavam os municípios na faixa de até 25%.

Na área de atuação da Sudene, a distribuição ocorreu de maneira mais equilibrada, no ano 2000. A maioria dos municípios estava na faixa de 25% a 50%, cabendo apenas destacar o estado do Maranhão, que apresentava uma concentração na faixa dos 50% a 75%. Nesse estado, também está situado o município com o maior índice: 74,27%, em Belágua.

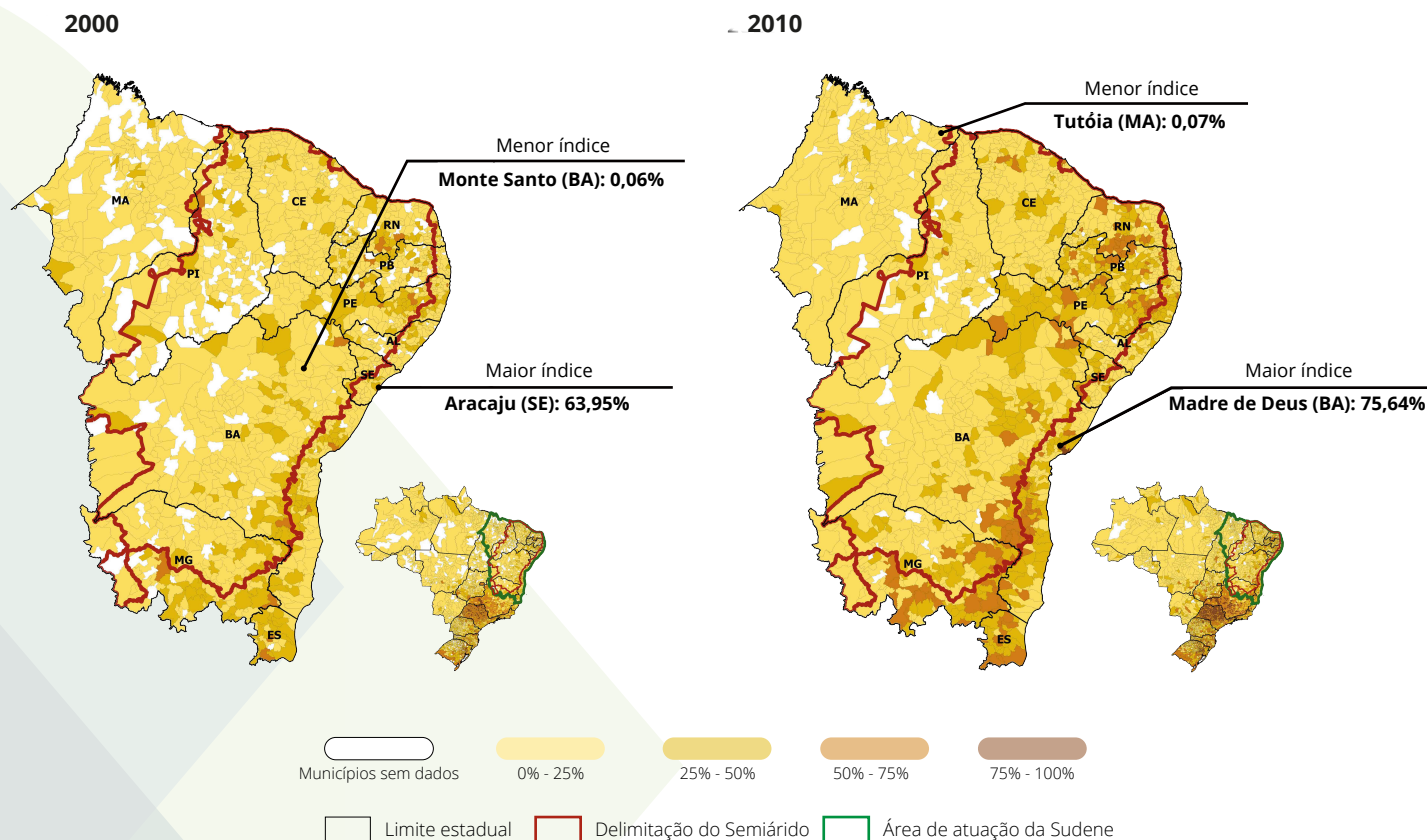
A comparação entre os mapas de 2000 e 2010 permite identificar uma redução na quantidade de municípios na faixa de 25% a 50%, em todo o país. Paralelamente, também é possível notar o aumento de municípios na faixa de até 25%, em 2010, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Apesar das mudanças, ainda identificamos municípios nas faixas de 50% a 75% de domicílios com adensamento excessivo, na região Norte. O município com o menor índice está localizado em Minas Gerais, Mamonas, com 3,84%.

Na área de atuação da Sudene, houve grande redução da faixa de 25% a 50% e aumento na faixa até 25%. Entretanto, alguns dos municípios dos estados do Maranhão e de Alagoas, assim como nas porções oeste de Pernambuco, norte do Ceará e leste do Piauí, ainda se mantiveram na faixa dos 25% a 50%.

Adequação de domicílios

De acordo com o IBGE, são considerados adequados os domicílios que, simultaneamente, apresentam densidade de até 2 moradores por dormitório, coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza, abastecimento de água por rede geral, e esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica.

Adequação de domicílios (%)



Fonte: IBGE, Malha dos limites político-administrativo, 2016 e Censo Demográfico 2000 e 2010.
Elaboração: SUDENE/DPLAN/CGEP/2018

Os mapas dos anos 2000 e 2010 representam a distribuição dos municípios do Brasil segundo faixas percentuais de domicílios adequados: até 25%, de 25% a 50%, de 50% a 75% e de 75% a 100%.

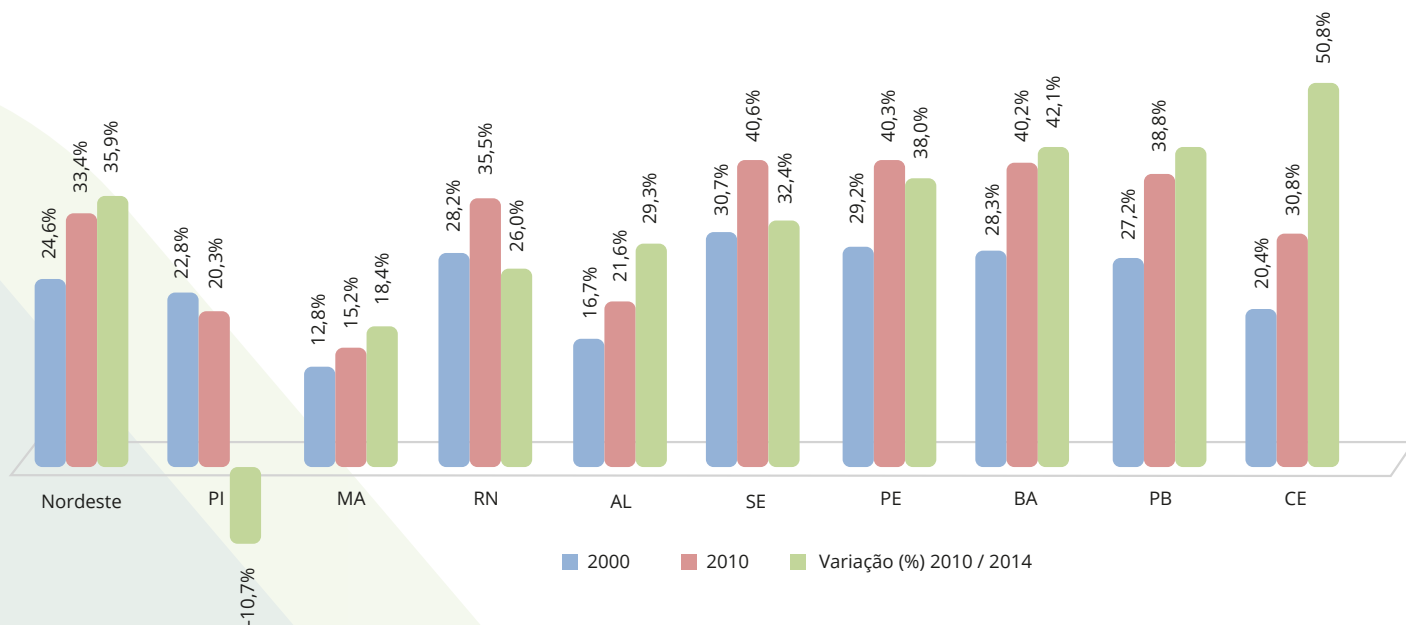
A comparação entre os mapas, para o Brasil e a área de atuação da Sudene, revela que as mudanças que ocorreram no período não foram capazes de representar grandes alterações nas faixas percentuais. A maioria dos municípios permaneceu na faixa de até 25%.

A desigualdade entre as Regiões observada no ano 2000 se manteve em 2010, com a concentração, nas Regiões Sul e Sudeste, das faixas de 50% a 75% e de 75% a 100%. Cabe destacar o resultado para os estados de São Paulo e Minas Gerais, em 2010, que apresentaram a maior concentração na de 75% a 100%. Com relação à distribuição desses municípios, observa-se que em Minas Gerais há maior dispersão, enquanto que em São Paulo, há maior contiguidade entre eles.

Quanto à área de atuação da Sudene, no período analisado, ocorreu um sutil aumento na faixa de 50% a 75%, especialmente ao sul dos estados do Rio Grande do Norte e da Bahia, ao norte de Pernambuco, e nas porções de Minas Gerais e Espírito Santo que integram a área de atuação da Sudene. Entretanto, a maioria dos municípios permaneceu na faixa de até 25%.

Nos estados do Nordeste, houve um aumento do percentual de domicílios adequados, com exceção do Piauí, que apresentou uma variação de -10,7%. Entre os estados, Ceará destacou-se positivamente, com a maior variação percentual de 50,8%, passando de 20,4% para 30,8%.

Adequação de domicílios (%)

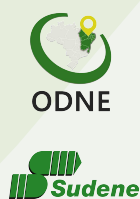


Fonte: IBGE/ Censo Demográfico, 2000 e 2010. SUDENE/DPLAN/CGEP/2018.

Desafios

No período analisado, observou-se que todas as Regiões do Brasil apresentaram melhora nos indicadores. Entretanto, mantiveram-se as disparidades identificadas nos anos iniciais, especialmente, quanto às características físicas e instalações, à adequação de domicílios e ao adensamento domiciliar por dormitório.

Os municípios da área de atuação da Sudene também apresentaram melhora nos indicadores. Porém, a estagnação da maioria deles na faixa até 25% de domicílios adequados ressalta a precariedade dos serviços de saneamento básico. Ainda nessa região, os resultados deficientes apresentados pelo Maranhão e Piauí inspiram a necessidade de elaborar estudos específicos e maior atenção na elaboração de políticas públicas.



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Marcelo José Almeida das Neves

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação
Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti

Coordenação de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação
Albertina de Souza Leão Pereira

Equipe Técnica

Paula Aragão de Souza (**Arquiteta responsável**)
Ludmilla de Oliveira Calado (**Geógrafa**)

Estagiários

Antônio Padilha (**Geografia**)
Nátali Asada (**Geografia**)

Editoração - Assessoria de Comunicação Social

Agnelo Câmara de Mesquita Júnior

Notas de rodapé

⁽¹⁾Segundo o IBGE, os domicílios particulares permanentes podem ser considerados: próprios, alugados ou cedidos. Nesse indicador, estão sendo considerados os domicílios particulares permanentes próprios.

⁽²⁾A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) não foi realizada no ano de 2010, por ter sido um ano censitário.

⁽³⁾Foram considerados os domicílios particulares permanentes, não incluindo domicílios coletivos (como penitenciárias, asilos, hospitais, alojamentos, etc.), nem domicílios particulares improvisados (como tendas, barracas, ou estabelecimentos comerciais utilizados como moradia sem ter instalações para tanto).

⁽⁴⁾Segundo o glossário da Síntese dos Indicadores Sociais, IBGE, 2015.